

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O SISTEMA DE APOSTILAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS: O Estado do Conhecimento

Marcos Vinicius Pereira Ribeiro ¹
Franciele Soares dos Santos ²

RESUMO

Este trabalho está articulado à dissertação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Francisco Beltrão-PR. Tem por objetivo apresentar o levantamento bibliográfico sobre o processo de mercantilização da educação e o sistema de apostilamento em escolas públicas. Utiliza-se a metodologia do Estado do Conhecimento para a esquematização, sistematização e análise categórica das bibliografias. Desta forma, fez-se um balanço das obras publicadas até 16/11/2022, oriundas do Banco Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), resultando em 202 trabalhos acadêmicos entre teses e dissertações, dos quais foram selecionados 18 trabalhos. Encontrou-se, também, 1 trabalho fora do BDTD, julgado como pertinente para a temática e para a análise dos dados, extraído do banco de teses e dissertações da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó – SC. Desta forma, totaliza-se 19 trabalhos acadêmicos, 12 dissertações e 7 teses. No texto, apresentamos reflexões a partir da leitura na íntegra das obras circundadas por categorias de análise, a fim de extrair considerações pertinentes dos trabalhos e identificando os limites de compreensões dos autores, como forma de justificar e avançar na discussão do tema abordado. Fundamentamos nossas análises por meio de estudo bibliográfico sobre o papel do neoliberalismo no desenvolvimento da mercantilização da educação, com base no fortalecimento do uso dos sistemas apostilados na educação pública. Como resultado destacamos que a educação tem sido incorporada a ótica mercadológica pelo viés do empresariamento, dada pela inserção de empresas privadas no setor público. Por fim, concluímos que esse processo fortalece o modo de sociabilidade neoliberal e introduz diversos mecanismos de controle para ajustar a educação escolar às demandas do capital.

Palavras-chave: Mercantilização, Sistema Apostilado, Escolas públicas, Estado do Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Morosini e Fernandes (2014) conceitua o Estado do Conhecimento (EC) como uma síntese crítica e analítica do conhecimento acumulado sobre determinado tema. Destaca a importância de analisar as tendências, os debates e os principais pontos de convergência e divergência nas pesquisas existentes sobre o assunto em questão. Uma das principais finalidades do EC, de acordo com Morosini (2015), é contribuir para a construção de uma base sólida de conhecimento na área da educação. Isso ajuda a orientar pesquisadores, professores e tomadores de decisão na formulação de políticas educacionais. Ela enfatiza que o EC não deve

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, vini.ribeiro8294@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFpel), Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE-FB, sfrancielesoares@gmail.com.

ser um mero resumo de estudos, mas sim uma análise crítica que identifica lacunas, desafios e oportunidades para futuras pesquisas.

Procura-se com este EC estabelecer algumas categorias de análise, diante o avanço do mecanismo de mercantilização da educação, para que se possa apresentar a experiência pela adoção do sistema apostilado, ofertado pelas instituições privadas. Desta forma, justificar também que a presente investigação trará contribuição de como este fenômeno acontece em outros municípios, pela análise de outros autores a respeito da temática.

Desta forma, buscamos problematizar a mercantilização da educação e o sistema de apostilamento em escolas públicas, com o objetivo de apresentar o levantamento bibliográfico que envolve essa temática, na intenção de encontrar subsídios teóricos para dar corpo a discussão da minha pesquisa de mestrado.

Os conflitos e interesses da sociedade capitalista gira em torno de estabelecer relações sobre as políticas internas de governança, para tanto que os bancos e grandes empresas interferem e apoiam muitas decisões governamentais, por conta de suas influências. Por hora ainda vivemos em uma sociedade de caráter minimamente democrático, que a leitura do mundo dos sujeitos pode interferir nesta relação, mas estamos sendo encaminhados para uma sociedade cuja o desenvolvimento da economia busca controlar muitos direcionamentos, “mas para que tudo isso fosse realmente eficaz, era preciso construir um sistema globalmente interligado de mercados financeiros.” (HARVEY, 2011, p. 24)

Harvey (2011) aborda que para compreendermos a situação política e econômica que se vivência no início da década de 1970, até os dias atuais, precisamos entender o neoliberalismo, que diante sua concepção esclarece ser um projeto de classe que culmina em mascarar uma liberdade individual, centrada numa perspectiva de “autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (p. 16).

Dessa forma há a intensificação do processo de globalização da educação. Laval (2019, p. 133) ao conceituar a transformação mercadológica do serviço educacional público colocando que “não se explica apenas pela ideologia dos novos tempos. Ela faz parte do processo de liberalização do intercâmbio comercial e do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação que vem acontecendo em todo o mundo”. Tendo em vista que para o momento econômico a tendência é a competição dos sistemas educacionais nacionais em um nível global, gerando assim uma comercialização dos serviços educacionais.

Britto (2011) aborda que o pacote de materiais preparados ou mais precisamente insumos educacionais, que compõem os sistemas apostilados de ensino, é organizado “por

empresas privadas, como COC, Positivo, Objetivo, entre outras. Sendo assim, as apostilas não passam por nenhum tipo de avaliação oficial, como ocorre com os livros didáticos adquiridos pelo PNLD e pelo PNLEM” (p. 14).

Laval (2019) ainda nos ajuda a compreender o envolvimento das organizações, como, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organizações de Gestão Educacional (EMOs) frente a este processo de liberalização do comércio de serviços educacionais pela via da diversidade dos serviços. Que faz muito sentido numa filosofia de padronização da educação em âmbito internacional, pois caminha-se para a formação de um tipo de formação humana, do consenso para unificar um tipo de sociedade trabalhadora.

Além disso, o neoliberalismo na educação promove a competitividade e a prestação de contas da qualidade da aprendizagem, o famoso índice da aprendizagem. A ideia é que a competição entre as escolas e instituições educacionais, juntamente com a prestação de contas dos resultados por meio de estimativas padronizadas, leve à melhoria da eficiência e da qualidade educacional. Isso tem levado à ênfase em políticas de avaliação e classificação de escolas, vinculação de financiamento público a resultados e promoção de mudança de escolha do consumidor, como vouchers educacionais.

Caetano e Peroni (2022) abordam a relação entre o público e o privado e suas implicações para a democracia, com base na pesquisa sobre os países latino-americanos, no período pós-ditadura. Nela a análise parte do pressuposto de que houve uma disputa por projetos societários relacionados ao capital, envolvendo tanto o setor público quanto o privado. Esta relação é compreendida como projetos societários de disputa, na qual o setor privado não é apenas uma abstração, mas é composto por sujeitos individuais e coletivos que influenciam a gestão, a formação de professores, os materiais didáticos e outras áreas da educação. Para os autores, esses sujeitos individuais e coletivos devem ser considerados a partir de relações estruturais em termos de classe, que ocorrem nas relações humanas e nas formações econômicas, históricas e culturais.

É importante destacar que nesse cenário o Todos pela Educação (TPE), instituído em 2006 e reformulado em 2014, objetivou refletir diretamente nas políticas públicas pela via da qualidade da educação, propondo cinco metas a serem alcançadas até 2022. Para isto, o TPE propõe relações com o empresariado nacional e com instituições internacionais, deixando claro que instituições privadas ocupam posições no TPE, apresentando então interesses diante aos outros sujeitos. Isto é, têm-se que as instituições são tratadas como sujeitos que defendem outros sujeitos diante interesses individuais e coletivos, o que leva a pensar em que tipo de práticas

são colocadas para prospectar o futuro educacional do país por mera filantropia (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2021), para se compreender essa amplitude, tem-se que o Conselho de Fundadores do TPE é formado por Gerdau, Itaú, Suzano, Synergos, Instituto Ayrton Senna, Grupo RBS, afiliada da rede Globo no Rio Grande do Sul, e Ibope (CAETANO; PERONI, 2022). Os autores comentam que as instituições citadas acima influenciam a política educacional brasileira, pois possuem princípios e práticas que contribuem para a legitimação de uma cultura empresarial dentro das escolas.

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O SISTEMA DE APOSTILAMENTO: O estado do conhecimento

Nesta seção, busca-se apresentar o processo do EC, diante as etapas desta metodologia, como Bibliografia Anotada – partindo pela identificação e seleção, pesquisa por meio dos descritores; Bibliografia Sistematizada – leitura flutuante dos resumos dos trabalhos para a seleção e adiante a leitura na íntegra e aprofundamento da pesquisa, de modo a extrair os trabalhos que farão da análise e escrita do EC; Bibliografia Categorizada – vai de encontro a reorganização do material que fora selecionado, reagrupando em categorias temáticas; Bibliografia Propositiva – diz respeito a organização e apresentação da análise feita, mediante também as considerações apresentadas pelos trabalhos e além disso exploração de outros olhares a respeito do tema (KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021).

A Bibliografia Anotada fora feita com os descritores “Empresariamento”, “Educação básica”, “Sistema de apostilamento”, “Mercantilização”, “Apostilamento”, “Educação pública”, “Sistema Privado de Ensino”, “Sistema Apostilado”, “Educação” e “Rede Municipal”, pois tais conceitos possuem relações ao tema desta pesquisa. O número de trabalhos nesta etapa não sofreu nenhum corte temporal, contudo os dados apresentados foram coletados até a data do dia 16 de novembro de 2022, desta forma, qualquer outra obra que fora indexada após esta data e que possa ter relação com este projeto, não constará neste levantamento.

O levantamento contou com a busca em momentos diferentes, diante a alteração dos descritores, no sentido de obter uma maior número de trabalhos que apresentasse alguma relação com o objeto desta pesquisa. Ao todo foram extraídos 202 trabalhos acadêmicos entre teses e dissertações. Cabe ressaltar, também, que ao efetuar a busca utilizamos o princípio da exclusão, no qual os trabalhos que não relacionava o objeto de pesquisa a uma tendência de privatização ou mercantilização da educação, sob a perspectiva do empresariamento ou

apostilamento eram descartados, que por meio dessa seleção chegamos ao número de 18 trabalhos selecionados.

No Quadro 1, tem-se os 18 trabalhos selecionados com seus respectivos autores e títulos, encontrados no BDTD e mais um trabalho encontrado em uma busca aleatória no *Google Scholar*, assim, julgou-se pertinente incluí-lo neste levantamento tendo em vista que o mesmo não foi filtrado na pesquisa no BDTD.

Quadro 1 – Bibliografia anotada das obras utilizadas.		
Nº	Autor	Ano/Tipo - Instituição
1	GALZERANO, Luciana Sardenha	2016/Mestrado - UNICAMP
2	MARTINS, Erika Moreira	2019/Doutorado - UNICAMP
3	SÉGALA, Karen de Fátima	2018/Mestrado - UFV
4	MACÊDO, Sonayra da Silva Medeiros	2019/Doutorado - UFPB
5	LUZ, Liliene Xavier	2009/Doutorado - UNICAMP
6	PONTES, Deysiane Farias	2020/Doutorado - UnB
7	ANGELO, Julia de Souza Delibero	2018/Doutorado - PUC-SP
8	BEGO, Amadeu Moura	2013/Doutorado - UNESP
9	CAIN, Alessandra Aparecida	2009/Mestrado - UNESP
10	MIRANDOLA, Claudia Barbosa Santana	2010/Mestrado - PUC-SP
11	PRADO, Gustavo José	2013/Mestrado - USP
12	ALCOVER, Kátia Cristina Carse	2014/Mestrado - UFMT
13	SOUZA, Elodir Lourenço de	2017/Mestrado - UFSC
14	AMORIM, Ivair Fernandes de	2008/Mestrado - UNESP
15	GOMES, João Carlos Amilibia	2012/Doutorado - UFRGS
16	DAMASO, Alexandra Frasso Ferrari	2015/Mestrado - UNICAMP
17	FRUTUOSO, Aldani Sionei de Andrade	2014/Mestrado - UFSC
18	NERCOLINI, Graciela	2021/Mestrado - UNIOESTE
19	HOFFMANN, Elíria Heck	2020/Mestrado - UFFS

Fonte: Autoria própria, 2023.

Diante os 19 trabalhos selecionados, destaca-se cada vez mais necessidade de executar esta pesquisa, no que tange o processo de mercantilização, a via pela qual é tomada a decisão da adoção dos sistemas apostilados é mascarada pelo discurso de uma educação com qualidade, pois os grandes empresários que ofertam tais sistemas visam o lucro do poder público devido ao alto número de matrícula da educação básica.

Observamos a partir daqui a etapa da Bibliografia Categorizada, primeiramente na exploração da abordagem de cada trabalho. O texto apresentado por Galzerano (2016), intitulado “Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação” traz contribuição ao abordar a atuação de grupos empresariais, em particular o Grupo Abril/Somos Educação, na área da educação básica pública. Ela destaca que, no contexto do capitalismo

contemporâneo, a financeirização das atividades desses grupos aumenta seus ganhos e influência sobre o setor educacional público, permitindo-lhes exercer controle sobre as escolas e o ensino. As categorias privatização, responsabilização e meritocracia são discutidas como medidas que viabilizaram a atuação do capital na educação pública, transformando-a em uma área de expansão de negócios e disputa ideológica.

O texto apresentado por Martins (2019) intitulado “Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais pro educação”, aborda principalmente o papel da Red de Educación para América Latina y el Caribe (REDUCA) e suas conexões com organizações internacionais, especialmente dos Estados Unidos, na promoção de uma perspectiva hegemônica para a educação pública na América Latina. A REDUCA é vista como parte de um projeto que busca neutralizar movimentos contestadores da ordem capitalista, enquanto promove a formação de novas competências e habilidades alinhadas com o capitalismo contemporâneo.

O autor Ségala (2018) intitulado “A atuação do movimento ‘Todos pela educação’ básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico”, aborda a influência do setor privado na política educacional de nível básico, com destaque para o Movimento Todos Pela Educação. Ela argumenta que, apesar de ser apresentado como uma iniciativa da sociedade civil, esse movimento é dominado pelo capital privado, com a participação majoritária de grandes empresas brasileiras.

Já Macêdo (2019) intitulado “O modelo de gestão do empresariado para a educação básica brasileira: embates entre excelência e qualidade social?”, aborda a influência do empresariado nas políticas educacionais brasileiras, destacando a ampliação do espaço de atuação do setor privado na definição dessas políticas. Ela identifica os marcos jurídicos e regulatórios que permitiram a configuração de um modelo de gestão de excelência para a Educação Básica, impulsionado pela perspectiva do setor privado.

O texto de Luz (2009) intitulado “Participações do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina”, aborda a participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina, concentrando-se nas reformas do Estado na educação desde os anos 1990. A análise começa destacando que a participação do empresariado na educação não é algo novo e que já existe desde o início da formação social capitalista, especialmente no Brasil, com a industrialização no século XIX.

Pontes (2020), em sua pesquisa intitulada “A atuação e expansão da empresa Kroton educacional e educação básica”, enfatiza que sua tese se concentra na atuação e expansão da empresa privada Kroton Educacional na provisão de serviços na educação básica brasileira no

período de 2008 a 2018. Ela analisa como a Kroton se organiza para lucrar com a educação básica, abordando questões como as fusões e aquisições de empresas privadas, o modelo de gestão educacional da Kroton e suas conexões políticas e econômicas.

No texto de Angelo (2018) intitulado “Sistema apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio”, a autora enfatiza a importância da brincadeira como uma manifestação cultural essencial para as crianças na Educação Infantil. Ela também discute como as grandes empresas educacionais estão se envolvendo na Educação Infantil, muitas vezes visando lucros e competitividade, o que pode afetar negativamente a qualidade da educação nessa fase crucial do desenvolvimento infantil.

Bego (2013), com o texto intitulado “Sistemas Apostilados de Ensino e Trabalho docente: Estudo de caso com professores de ciências e gestores de uma rede escolar pública municipal”, o autor aborda a influência dos Sistemas Apostilados de Ensino (SAE) nas redes escolares públicas municipais, especialmente no ensino de Ciências na Educação Básica. O texto descreve como os SAE surgiram e se consolidaram no cenário educacional brasileiro, muitas vezes associados à preparação para exames de acesso ao Ensino Superior.

O texto de Cain (2009) intitulado “O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de sistema de ensino”, enfatiza a municipalização do ensino fundamental no Brasil, especialmente nos municípios de Ipeúna e Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo. Ela destaca como esse processo foi impulsionado pela descentralização do Estado e pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). A autora também ressalta a parceria entre as administrações municipais e o setor privado, especificamente o Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some), na oferta de material didático apostilado para as escolas municipais.

O texto de Mirandola (2010) intitulado “A contratação de uma empresa privada de ensino pela rede pública municipal de Poá-SP (Gestão 2005-2008): A voz dos professores do ensino fundamental I”, a autora enfatiza a implementação da proposta apostilada e suas consequências. Ela destaca que essa proposta foi introduzida sem consulta aos professores e que houve uma série de desafios e dificuldades na sua implementação.

Prado (2013) intitulado “Formação continuada de professores e a municipalização do ensino: o processo de parceria entre municípios e sistemas privados de ensino no Polo 20 da UNCME-SP”. Um problema identificado pelo autor é a influência de ideais neoliberais na política de descentralização e municipalização, levando alguns municípios a aderirem a essa abordagem mais por razões econômicas do que pedagógicas/administrativas.

O texto de Alcover (2014) intitulado “A adoção do currículo apostilado da rede privada pela rede pública municipal de educação de primavera do Leste – MT”, a autora enfatiza o processo de adoção de currículos apostilados de redes privadas de ensino pelas redes públicas municipais. A autora observa que a adoção desses currículos apostilados ocorreu sem discussões prévias entre os profissionais da educação, e os materiais foram impostos como obrigatórios em toda a rede municipal de educação.

O autor Souza (2017) no texto “Sistema de Apostilamento: uma das estratégias de intervenção do capital na educação e uma ofensiva contra a proposta de educação do MST”, enfatiza várias questões relacionadas à implementação do Sistema de Apostilamento na educação pública, particularmente no município de Passos Maia. Os pontos enfatizados foram Contexto de Mercantilização e Privatização. O autor destaca que o Sistema de Apostilamento faz parte de uma tendência mais ampla de mercantilização e privatização da educação pública no Brasil.

Amorim (2008) no texto “Reflexões sobre os sistemas apostilados de ensino” enfatiza a adoção de sistemas apostilados de ensino em escolas públicas municipais e examina as implicações disso. Ele destaca que tanto os livros didáticos quanto as apostilas têm a mesma finalidade, que é a instrumentação didática, e que ambos carregam traços da teoria comeniana, que defendia o ensino de tudo para todos.

Gomes (2012) no texto “As apostilas dos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial”, enfatiza a importância das apostilas nos sistemas de ensino, especialmente nos sistemas de ensino privados como o Positivo e o SER. Ele destaca que essas apostilas são parte de um kit de produtos e serviços que constituem a ideia de sistema de ensino e são influenciadas por uma lógica empresarial.

Damaso (2015) intitulada “O uso do material apostilado em creches municipais paulistas: a percepção dos professores” enfatiza a pesquisa que buscou identificar e analisar as percepções dos professores de creches municipais em São Paulo em relação ao uso de material apostilado na educação infantil. Ela destaca que nos últimos anos, houve uma crescente inserção de empresas privadas na organização do trabalho escolar, especialmente em municípios de pequeno porte, por meio de sistemas apostilados.

Frutuoso (2014) no texto “O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: “caminho” para medidas privatistas e desvalorização da educação” enfatiza vários pontos relacionados à implantação do sistema apostilado nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Florianópolis e sua relação com o controle e a desqualificação do trabalho do professor.

Nercolini (2021) no texto “Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente”, enfatiza vários pontos em sua dissertação. Ela destaca como as políticas educacionais foram influenciadas pelo neoliberalismo, com a abertura para a iniciativa privada, reestruturação dos serviços públicos e a ênfase na busca por resultados e eficiência.

Hoffmann (2020) no texto “Sistemas apostilados em Redes Municipais de Ensino no Oeste Catarinense: a mercadorização da educação pública?” enfatiza várias preocupações relacionadas à privatização e mercantilização da educação no Brasil. Ela destaca a distância que o país precisa percorrer para tornar o direito educacional acessível a todos e garantir uma educação de qualidade, de modo que o campo da educação se tornou uma arena de disputas entre diferentes agentes, muitos dos quais têm interesses alheios à educação.

Categoricamente, pode-se organizar o estudo em dois grandes grupos. Na qual o primeiro, enquadrado por 6 trabalhos, Galzerano (2016), Martins (2019), Ségala (2018), Macêdo (2019), Luz (2009) e Pontes (2020) destacam a relação do movimento empresarial e de instituições que visam tomar espaço no setor público. Em especial como o empresariado passou a desempenhar um papel significativo na definição das políticas públicas educacionais, com ênfase na parceria público-privada, atuando pela expansão da venda de serviços educacionais, como: apostilas, assessoria pedagógica, cursos de formação, avaliação, dentre outros.

O segundo grupo, enquadrado por 13 trabalhos, Angelo (2018), Bego (2013), Cain (2009), Mirandola (2010), Prado (2013), Alcover (2014), Souza (2017), Amorim (2008), Gomes (2012), Damaso (2015), Frutuoso (2014), Nercolini (2021) e Hoffmann (2020) particularizam o estudo dos Sistema Apostilados. Apesar que esteja vinculado a um grupo empresarial, os autores especificam as atividades dos sistemas apostilados em relação a padronização, autonomia do docente e pela ênfase nas avaliações, além do aspecto de descentralização do poder público em função do modelo de gestão empresarial. A crítica levantada aos materiais ofertadas gira em torno do cerceamento da autonomia dos professores, da padronização do currículo, da avaliação em larga escala em busca de resultados quantitativos e da desvalorização profissional.

Desta forma, entende-se com a análise dos trabalhos, que os objetos de estudos analisados influenciam no desenvolvimento de políticas públicas ao propor alternativas e novas perspectivas para os debates. Consideravelmente há uma orientação política ou ideológica, que muitas vezes busca uma abordagem baseada em evidências e análises com características imparciais para promover o diálogo e a tomada de decisões informadas. No entanto, Mendes

(2021) discorre que o desenvolvimento destas políticas é articulado na intenção de reduzir o papel do Estado e a limitar a gestão democrática da educação, pressupondo a relação pró-mercado e a educação brasileira, que revela que muitas das vezes, ou quase sempre, o *think tanks* não busca estratégias imparciais, consideravelmente há grande relação com o conjunto de empresas e instituições que a compõem. Para a população a pretensão é de buscar subsídios para a qualidade educacional, facilitadas por divulgar essas informações para a manutenção do senso comum, desta forma as informações são alastradas por vários meios de comunicação, em especial as redes sociais que facilita a propagação da informação aos sujeitos.

Adrião et al. (2016) abordam que a parceria público-privado é materializada tanto em propostas do público não estatal quanto à do quase-mercado, no direcionamento há dentre um conjunto de ideias propostas para uma reforma do Estado, no que tange as perspectivas de eficiência, qualidade, produtividade, avaliação e controle de resultados, gestão participativa e dentre outros. Tais ideias são dadas como motivos de uma fragilidade de gestão públicas, ou seja, críticas levantadas ao serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência do estudo dos 19 argumentos apresentados sobre a influência do setor privado na educação e seus reflexos nas políticas públicas, é possível concluir que a dinâmica entre o mercado educacional e o Estado desempenha um papel crucial na modelagem do sistema educacional brasileiro. A análise dos grupos de estudos evidencia uma dualidade de abordagens, com o primeiro grupo destacando a crescente participação empresarial na definição das políticas educacionais e o segundo grupo focalizando os sistemas apostilados, com críticas à padronização curricular e à limitação da autonomia dos professores.

A tendência neoliberal de mercantilização e empresariamento da educação, como indicado pelos autores, levanta preocupações sobre a redução do papel do Estado na garantia de uma educação democrática e de qualidade. A educação no Brasil está imersa em um contexto complexo, onde forças econômicas e ideológicas desempenham papéis interconectados na formulação de políticas educacionais, fundamentadas na retórica da ineficiência, ineficácia e má qualidade da escola pública. O que para Gentili (1998, p.10), “[...] expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossa sociedade: construção e difusão de um novo *sensu comum* que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante”.

Dessa forma, conclui-se que a competição global entre sistemas educacionais, impulsionada por ideias neoliberais, sugere uma comercialização dos serviços educacionais, podendo resultar em desafios significativos para a equidade e o acesso à educação.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.M.F.; GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; PAIVA, G.B.; XIMENES, S.B. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas [online]. 2016, vol. 37, n. 134, pp. 113-131. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acesso em: 07 jun. 2022.
- ALCOVER, Kátia C.C. **A adoção do currículo apostilado da rede privada pela rede pública municipal de educação de Primavera do Leste – MT**. Orientadora: Jorcelina Elisabeth Fernandes, 2014, 284f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014.
- AMORIM, Ivair F. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino**. Orientadora: Paula Ramos de Oliveira. 2008, 192f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, 2008.
- ANGELO, Julia de S.D. **Sistema apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio**. Orientador: Carlos Antônio Giovinazzo Júnior, 2018, 117f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- BEGO, Amadeu M. **Sistemas Apostilados de Ensino e Trabalho Docente: Estudo de Caso com Professores de Ciências e Gestores de uma Rede Escolar Pública Municipal**. Orientador: Eduardo Adolfo Terrazzan, 2013, 333f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2013.
- BERNARDI, Liane M.; UCZAK, Lucia H.; ROSSI, Alexandre J. A organização e a ação da classe empresarial brasileira no contexto educacional atual. In: PERONI, Vera M.V.; ROSSI, Alexandre J.; LIMA, Paula V. **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. – 1. Ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- BRITTO, Tatiana F. O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados. **Centro de Estudos da Consultoria do Senado**. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-92-o-livro-didatico-o-mercado-editorial-e-os-sistemas-de-ensino-apostilados>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CAETANO, Maria R.; PERONI, Vera M.V. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo – projeto em disputa. **Trabalho necessário**, v. 20, n. 42, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53469/32448>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- CAIN, Alessandra A. **O Atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de sistema de ensino**. Orientadora: Theresa Maria de Freitas Adrião, 2009, 271f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.
- DAMASO, Alexandra F.F. **O uso do material apostilado em creches municipais paulistas: a percepção dos professores**. Orientadora: Theresa Maria de Freitas Adrião, 2015, 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- FRUTUOSO, Aldani S.A. **O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: “caminho” para medidas privatistas e desvalorização da educação**. Orientador: Rosalba Maria Cardoso Garcia. 2014. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130983/332234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- GALZERANO, Luciana S. **Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação**. Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião, Campinas, SP: [s.n.], 2016. 167f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Amilíbia G. **As apostilas dos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial.** Orientadora: Rosa Maria Hessel Silveira. 2012, 221f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOFFMANN, Elíria H. **Sistemas apostilados em redes municipais de ensino no oeste catarinense: a mercadorização da educação pública?** Orientador: Oto João Petry. 2020. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3908>. Acesso em: 13 jul. 2022.

KOHL-SANTOS, Priscila; MOROSINI, Marília C. O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para Além de um Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica Online** – ISSN 2238-9210 – v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 10 set. 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2019.

LUZ, Liliene X. **Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina.** Orientadora: Nora Rut Krawczyk, Campinas, SP: [s.n.], 2009, 272f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

MACÊDO, Sonayra da S.M. **O Modelo de gestão do empresariado para a Educação Básica brasileira: embates entre excelência e qualidade social?** Orientadora: Maria Creusa de Araújo Borges, João Pessoa, PB, 2019, 203f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Educação.

MARTINS, Erika M. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais pro educação.** Orientador: Nora Rut Krawczyk, Campinas, SP: [s.n.], 2019, 253f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Caminas, Faculdade de Educação.

MENDES, Valdelaine. Os *think tanks* pró-mercado e a educação no Brasil. In: PERONI, Vera M.V.; ROSSI, Alexandre J.; LIMA, Paula V. **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina.** – 1. Ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2021.

MIRANDOLA, Cláudia B.S. **A contratação de uma empresa privada de ensino pela rede pública municipal de Poá-SP (gestão 2005-2008): a voz dos professores do ensino fundamental I.** Orientadora Branca Jurema Ponce, 2010, 161f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

MOROSINI, Marília C.; FERNANDES, Cleoni M.B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 02 out. 2023.

MOROSINI, Marília C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. DOI: 10.5902/1984644415822. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/15822>. Acesso em: 2 out. 2023.

NERCOLINI, Graciela. **Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente.** Orientador: José Luís Zanella, 2021, 181f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

PONTES, Deysiane F. **A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na Educação Básica.** Orientadora: Maria Abádia da Silva, Brasília, DF, 2020, 219f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação.

PRADO, Gustavo J. **Formação continuada de professores e a municipalização do ensino: o processo de parceria entre municípios e sistemas privados de ensino no Polo 20 da UNCME-SP.** Orientadora: Nídia Nacib Pontuschka, 2013, 130f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SÉGALA, Karen de F. **A atuação do movimento “Todos pela Educação” na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico.** Orientador: Cezar Luiz de Mari, Viçosa, MG, 2018. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.

SOUZA, Elodir de S. **Sistema de Apostilamento: uma das estratégias de intervenção do capital na educação e uma ofensiva a proposta de educação do MST.** Orientadora: Adriana D’Agostini, 2017, 204f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.